



O ÚLTIMO ATO DE ADÉLIA SALES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO RN

A conselheira Maria Adélia Sales entra com pedido de aposentadoria e finaliza trajetória marcante no Tribunal de Contas do Estado

Página 05



Página 03

A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM DISCUSSÃO: TCE REÚNE PREFEITOS PARA DEBATER O FINS DOS LIXÕES NOS MUNICÍPIOS DO RN

Página 06

COMUNICAÇÃO



Foto: Freepik

Será realizado nos dias 04 e 05 de julho o II Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (II CNCTC), sediado em Vitória, no Espírito Santo. A expectativa é que cerca de 600 pessoas participem das palestras e oficinas que serão oferecidas. O evento é organizado em parceria pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), pela Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), pelo Conselho Nacional dos Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC), pelo Instituto Rui Barbosa

(IRB) e pela Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (ASUR).

Em 18 de março, houve uma apresentação da palestra “Reputação e diálogo: o impacto da comunicação no fortalecimento da sociedade”, ministrada pelo jornalista Flávio Castro. O encontro teve a participação do presidente da Atricon, Edilson Silva, do vice-presidente de Relações Político-Institucionais e coordenador da iniciativa, Cezar Miola, e do sócio-diretor da FSB Comunicação, Darse Jr.

ACORDO DE COOPERAÇÃO



A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para intercâmbio de dados, de informações e de conhecimentos relacionados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O objetivo dessa parceria, mediante a adesão possibilitada a todos os Tribunais de Contas brasileiros, é verificar a consistência dos dados da plataforma que facilita o acesso de famílias de baixa renda a programas sociais, como o Bolsa Família

ENCCO

O Encontro Nacional de Corregedorias, Controle Interno e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO 2024, será realizado no período de 18 a 20 de junho sediado pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE).

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTORA GERAL
Andréa da Silveira Lima

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Thiago Martins Guterres
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO: Fernando de Souza

DIAGRAMAÇÃO: Caroline Macedo

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@m.gov.br
Facebook.com/tcedom
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rm

ECONOMIA, PRODUTIVIDADE E TRANSPARÊNCIA



O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) foi apontado como o mais econômico e o quinto mais produtivo do Brasil pelo Programa Observa TC, um trabalho realizado por associações civis sem vínculo com o poder público, financiadas por cidadãos e entidades independentes, cujo objetivo é conhecer, acompanhar, divulgar e avaliar o desempenho dos tribunais de contas.

Foram analisados aspectos como os custos proporcionais dos tribunais de contas em relação ao número de habitantes e ao valor do orçamento de cada ente federativo. O TCE/RN foi considerado o mais econômico do país pela segunda vez consecutiva - primeira foi no ano de 2021. O relatório mostra que o tribunal potiguar é o mais econômico e, ao mesmo tempo, consegue realizar um serviço eficiente com os recursos que dispõe. O estudo compara os custos com as atividades desenvolvidas.

Para mensurar as atividades desenvolvidas por cada tribunal, o levantamento avaliou o número de auditorias e inspeções, de decisões colegiadas e monocráticas, de processos apreciados e de eventos de ensino. Já no que diz respeito à economicidade - além da comparação dos custos por capita e do orçamento

do ente federativo - também foi considerado o número de entes fiscalizados.

O Observa TC é um programa dos Observatórios Sociais de Brasília e das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, associações civis sem vínculo com o poder público, financiadas por cidadãos e entidades civis. Os dados analisados foram obtidos diretamente de seus sites oficiais, relativos ao ano de 2019, e por meio de solicitações respaldadas pela Lei de Acesso à Informação. A coleta e análise de dados ocorreram entre 2021 e 2023.

O Programa observa os seguintes indicadores: economia, produtividade e

transparência. No indicador que aborda a economicidade, os cinco melhores classificados, com base nos dados de 2019, foram, em ordem: tribunais de contas dos Estados do RN, de Minas Gerais, de Santa Catarina, de São Paulo e do Ceará. Já em relação aos mais produtivos foram: os TCs dos Estados de Mato Grosso do Sul, do Ceará, o TCM de Goiás, o TCE de Rondônia e o TCE/RN.

Os resultados completos da pesquisa realizada pelo Programa Observa TC podem ser acessados no link: <https://osbrasil.org/relatorios/relatorio-observa-tc-dados-2021-2023/>.



NOVO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Ferramenta de planejamento que possibilita estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos, caracterizando uma agenda estruturante para uma atuação ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa. É com este foco que o Tribunal de Contas do Estado lançou a segunda versão do seu Plano de logística Sustentável para o período 2024 - 2028.

“Este Plano tem como foco o fortalecimento da responsabilidade socioambiental desta Corte de Contas, ciente do seu papel de órgão de controle externo da administração pública Brasileira, e principalmente com objetivo de atuar pela orientação e fomentar pelo exemplo. O TCE cumpre mais essa etapa de contribuição ao desenvolvimento sustentável no Estado”, destacou o presidente do TCE, conselheiro Antonio Gilberto de

Oliveira Jales, lembrando que a elaboração, aprovação e execução deste Plano oportuniza o desenvolvimento de novos projetos, aprimorando as práticas já adotadas atualmente na nossa instituição.

Dividido em 14 tópicos, o documento apresenta as diretrizes para o uso e usufruto de produtos e serviços nas seguintes áreas: Papel, consumo responsável de descartáveis, impressão de documentos, uso racional da energia elétrica, uso racional da água e gestão do esgotamento sanitário, qualidade de vida no trabalho, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade, obras civis de construção e reformas prediais, gestão da frota veicular, aquisição de máquina, equipamentos e mobiliários, auditoria ambiental, transparência do TCE-RN, gestão de resíduos sólidos e gestão da obsolescência patrimonial.

Idealizado pelo Núcleo de Sustentabi-

lidade da Corte de Contas, o Plano terá acompanhamento semestral, como forma de complementar a análise anual, e assim garantir um aperfeiçoamento no desempenho das ações elaboradas, como também uma possível readequação caso as ações não se enquadrem no que foi pensado em primeiro plano. “A avaliação se mostra necessária, para efeitos de acompanhamento dos temas, objetivos, indicadores, metas, prazos, recursos e responsáveis previstos nos planos de ação. Com esse processo avaliativo é possível identificar eventuais falhas, adotar medidas corretivas, racionalizar o uso de recursos, adaptar prazos, adequar metas, revisar estratégias, propor recomendações aos responsáveis e redirecionar as ações sustentáveis em processo de implementação nos Tribunais”, explicou Marília Cunha Lima, coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade.

Foto: Freepik



A ÚLTIMA SESSÃO DE ADÉLIA



Em meio aos conselheiros, Adélia Sales fez história como segunda mulher a ocupar o cargo de presidente do TCE/RN

A conselheira Maria Adélia Sales foi homenageada, no dia 14 de março, em sua última sessão no Tribunal de Contas do Estado. Adélia Sales completou 75 anos no dia 22 de março e pediu aposentadoria, após 42 anos dedicados à Corte de Contas. Durante a sessão, os membros e os servidores renderam homenagens e relembrou as contribuições da conselheira para o controle externo.

Com o plenário lotado, e a presença de familiares, conselheiros aposentados, procuradores do Ministério Público de Contas e servidores dos mais diversos setores do TCE/RN, foi veiculado um vídeo, que recordou a trajetória da conselheira na vida pública e no controle externo. Maria Adélia Sales foi nomeada auditora do Tribunal de Contas em 1983 e conselheira no dia 26 de dezembro de 2006.

Durante a solenidade, o conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes exaltou a capacidade de diálogo e o senso de Justiça de Adélia Sales. “Adélia é um elo, consegue aglutinar um plenário, que, como todo colegiado, é heterogêneo. Ela tem uma verve política, no sentido puro da palavra, no sentido de agregar, de somar, de fazer o bem comum. Como julgadora, transitou, de

forma exemplar, como uma magistrada, equilibrada, sempre humana e atenta às vozes dos necessitados”, afirmou.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, leu durante a cerimônia diversas mensagens enviadas por inúmeros membros das Cortes de Contas de todo o País. “Esse Tribunal de Contas e o Sistema de Controle Externo têm um dever de gratidão com a conselheira Maria Adélia, pela sua devoção ao labor de conselheira e o equilíbrio sempre necessário e presente. Corajosa na tomada de decisões”, exaltou.

A filha da conselheira Adélia, Melissa Sales, discursou, representando a família. “Minha mãe dedicou 42 anos a essa Casa. Ela sempre demonstrou uma ética incansável em seu trabalho. Não apenas cumpriu o seu trabalho, mas deixou uma marca na vida das pessoas. Aprendi a admirar essa postura de seriedade e respeito ao trabalho”, disse.

O conselheiro Paulo Roberto Alves, que exerce atualmente o cargo de corregedor, destacou o estoque de processos do gabinete da conselheira, como forma de ressaltar a eficiência do seu trabalho. “Isso é uma prova da eficiência e também da eficiência da sua assessoria”,

afirmou. O conselheiro Tarcísio Costa rememorou a convivência com a conselheira Maria Adélia Sales e destacou a saudade que ela irá deixar no plenário.

O conselheiro Poti Júnior falou sobre a amizade desenvolvida durante o período em que esteve na presidência da Corte de Contas, com Adélia Sales sendo vice. “Tive de Vossa Excelência apoio irrestrito nas medidas necessárias. Serei eternamente grato pela solidariedade recebida”, disse. O conselheiro substituto Antonio Ed Souza Santana agradeceu ao acolhimento que recebeu durante a sua chegada ao Tribunal de Contas do RN.

A conselheira Maria Adélia Sales agradeceu a todos os servidores, membros e aos demais presentes. “Preciso agradecer a Deus a oportunidade que Ele me deu de estar nessa instituição. E ao carinho de todos que me proporcionaram uma convivência harmoniosa”, agradeceu. Ao fim, o conselheiro Tarcísio Costa, decano do colegiado, entregou uma placa a Adélia Sales e foi realizada a retirada simbólica da toga utilizada no plenário do Tribunal de Contas.

MEDIDAS PARA ERRADICAR OS LIXÕES

Foto: Fernando Souza



O auditório do TCE ficou lotado com interessados no debate sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado. Municípios tem até agosto de 2024 para fazer adequações

O desafio de eliminar os lixões que ainda persistem no RN foi o tema colocado em pauta pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) no evento “Gestão dos resíduos sólidos: orientações, boas práticas e obrigações da administração municipal para o encerramento dos “lixões”, realizado no dia 01 de março pela manhã no auditório da Corte de Contas.

O evento contou com apresentações de especialistas e lançamento de uma cartilha com orientações sobre medidas a serem efetivadas para o fim dos “lixões” nos municípios do Rio Grande do Norte. Os lixões devem ser erradicados em um prazo definido: 02 de agosto. Caso contrário, os gestores responsáveis poderão ser penalizados por crime ambiental.

“Do ponto de vista ambiental, a situação é muito preocupante”, relatou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do evento. “Temos uma legislação avançada, um novo marco legal do saneamento, mas na prática são muitos problemas. Precisamos de uma vez por todas enfrentar esta situação, buscando resolver”,

ressaltou. “Estamos chegando no limite e agora precisamos, efetivamente, agir. Promover uma convivência harmônica entre desenvolvimento e o meio ambiente, buscando uma sociedade sustentável”, opinou o secretário de meio ambiente do Estado, Paulo Varela.

Com o auditório lotado, a programação foi iniciada com o lançamento de uma cartilha com orientações aos prefeitos para encerramentos dos lixões, apresentando alguns resultados de uma auditoria que mostrou a complexidade do tratamento dos resíduos sólidos em todo o Estado. “Os prazos para eliminação dos lixões nos grandes municípios já acabaram. Todos têm que promover as mudanças definidas pela Legislação”, disse o auditor de controle externo, Vlademir Aquino.

O conselheiro do TCE de Pernambuco, Ramilson Brandão, destacou as mudanças que vêm ocorrendo nos tribunais de contas de todo o País. “Agora, o desafio é a manutenção dos aterros sanitários”, disse. O auditor de controle externo do TCE/PE, Alfredo Montezuma, explicou a estratégia utilizada para eliminar

os 155 lixões que existiam em 2014 para zero, em 2023. “Foram feitas parcerias, palestras, encontros, cursos. Tratamos a questão com tolerância zero, enviando alertas de responsabilidade para os gestores”, ensinou, lembrando que o próximo passo será a penalização por crime ambiental.

A programação ainda contou com apresentação da coordenadora do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, promotora Rachel Medeiros Germano, que, junto com a assistente ministerial Janny Suernia, divulgou as ações do comitê interinstitucional para gestão de resíduos sólidos e saneamento do RN, ideia que busca articular esforços e monitorar as ações relacionadas a questão. Em seguida, a coordenadora de sustentabilidade do TCE/RN, Marília Cunha Lima apresentou o plano de logística sustentável colocado em prática no TCE e, finalizando, o representante do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Natal - COMSAB, Sérgio Bezerra Pinheiro, fez uma abordagem sobre a política de resíduos sólido do RN (Lei nº 11.669/2024).

NOVO EDITAL NA URBANA

O TCE determinou à Urbana a publicação de um novo edital para contratação do serviço de transporte de resíduos sólidos até o aterro sanitário e operação da estação de transbordo. Com a decisão, a Urbana terá 60 dias para sanar as falhas contidas no edital nº 002/2021 e iniciar um novo processo licitatório. A licitação estava orçada em R\$ 101 milhões. O objetivo da decisão é evitar a continuidade de contratações emergenciais, que podem gerar prejuízo para a administração pública.

O processo foi relatado na sessão da

Segunda Câmara do último dia 27 de fevereiro, pela conselheira Maria Adélia Sales, cujo voto foi acatado pelos demais membros. A concorrência 002/2021 foi suspensa por decisão da Corte de Contas em dezembro de 2022, em razão de diversos indícios de irregularidades, entre eles a falta de clareza do edital, erros no orçamento-base do projeto, previsão de operar o serviço antes da emissão da licença ambiental, entre outros.

Em resposta, a Urbana se comprometeu a realizar algumas modificações e



apontou esclarecimentos, os quais foram analisados pela equipe técnica da Inspeção de Controle Externo. As justificativas foram acatadas parcialmente. Outros pontos, como a necessidade de licença ambiental antes dos serviços da estação de transbordo, devem ser incluídos no novo edital.

RESULTADOS DA GESTÃO

Do total de 103 ações elencadas pelos diversos setores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) para o biênio 2023/2024, 55,03% foram executadas ou estão em andamento, de acordo com levantamento do sistema channel, programa que faz o monitoramento das ações planejadas. Os dados foram apresentados em reunião entre o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, com diretores, coordenadores e técnicos de todos os setores da Corte de Contas, no dia 29 de janeiro, no auditório do Sebrae.

“Estes momentos são muito importantes no início de mais um ano de gestão, para compartilharmos o que estamos fazendo, quais os resultados que apresentamos para a sociedade”, destacou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, no início dos trabalhos. A apresentação dos resultados neste primeiro ano de gestão coube ao coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), Ricardo Vilaça, que pontou por setor as metas traçadas e o que foi executado até o último dia 16 de janeiro. “Os indicadores apontam que alcançamos a metade das metas previstas”, comemorou.

“O ano de 2023 foi desafiador, tivemos muito trabalho interno. Muitas coisas importantes aconteceram, como as auditorias em violência de gênero, na área



No início de mais um ano da gestão, APG reúne setores para avaliar projetos executados e em andamento

de desertificação e a coordenada nas escolas, com grande repercussão em todo o País, somente para citar algumas ações. Agora, precisamos focar na área externa. Que queramos ou não, vamos deixar marcas. A ideia é deixarmos marcas boas, positivas”, ressaltou o presidente Gilberto Jales, lembrando que a proposta é fazer do TCE uma instituição cada vez mais forte.



Apresentação coube ao coordenador Ricardo Vilaça

ALUNOS DA RESIDÊNCIA EM TI APRESENTAM RESULTADOS

Alunos do programa de Residência em Tecnologia da Informação do TCE, executado em parceria com o Instituto Metrópole Digital da UFRN (IMD), apresentaram, durante workshop realizado no auditório do Tribunal de Contas, os resultados dos projetos desenvolvidos pela quarta turma do curso. “A Residência em TI é uma idéia que deu certo. O TCE só tem ganho com isso, e por extensão a sociedade também. Com o uso da tecnologia conseguimos fazer bem mais, comparando com outros tribunais e estamos sempre nos aprimorando. Estes momentos são importantes por vermos esta evolução e as entregas à sociedade, os resultados alcançados”, ressaltou o presidente do TCE, Gilberto Jales.

Na abertura do workshop, o diretor do IMD, professor Ivonildo Rêgo, destacou a importância da parceria para as duas instituições, para os alunos e para a sociedade. Atualmente, informou, o Instituto conta com mais de 70 residentes atuando em órgãos parceiros por meio do programa. “Essa residência tem se constituído numa parceria importante.

O TCE foi uma das primeiras portas que trabalhamos. É um jogo que todos ganham. O órgão parceiro, com construção de soluções para seus problemas; os alunos, que fazem formação com a mão na massa e criam perspectiva para o mercado de trabalho; e a sociedade através do IMD, que desenvolve pólo tecnológico na área de TI. Temos conseguido esse objetivo”, afirmou.

Foram apresentados projetos realizados no âmbito da Residência, como o do Sistema Interno do TCE, concebido em resposta à necessidade de modernização das aplicações da Área Restrita. Nesta fase, três módulos foram migrados: Memorando Eletrônico, Comunicação Social (abrangendo, Notícias e Banners) e Requerimento Eletrônico. Essa atualização representa um passo significativo na melhoria contínua de nossos sistemas.

Além disso, foram apresentados o projeto denominado SISESCOLA - que consiste no desenvolvimento de uma ferramenta para gerenciar e automatizar a oferta de cursos e turmas, controle

de inscrições e frequências com vistas à emissão de certificados aos participantes da Escola de Contas do TCE/RN - e o Portal do Controle Interno, que é uma iniciativa da SECEX com vistas ao fortalecimento dos controles internos das unidades jurisdicionadas, pois será a oportunidade de fornecer, além de capacitação, ferramentas para melhoria do controle interno do jurisdicionado.

Inaugurado em outubro de 2017, o programa de Residência em TI, além da formação e aperfeiçoamento profissional, tem como resultado o desenvolvimento de sistemas de inovação tecnológica que vai contribuir na celeridade e qualificação do controle externo exercido pelo TCE, além de promover avanços em áreas consideradas estratégicas. Realizado pela UFRN, através do Instituto Metrópole Digital, o curso inspirado nas residências médicas inova ao agregar áreas como direito e tecnologia, promovendo uma aula teórica por semana e nos demais dias investindo na prática, no desenvolvimento de projetos nas organizações envolvidas.



Projetos realizados no âmbito da Residência em TI foram apresentados no auditório da Corte de Contas. Programa foi iniciado em 2017, numa parceria entre o TCE e o Metrópole Digital

DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AO IFRN

Um acordo de cooperação assinado entre o Tribunal de Contas e o Instituto Federal de Educação no RN Campus Natal Central vai permitir a doação de equipamentos eletrônicos, itens sem uso no TCE para o projeto “Recondicionamento de Computadores e Periféricos” executado pelo IFRN.

São equipamentos como computadores, notebook, baterias de nobreak, estabilizadores, transformadores, transformadores de potência, impressoras e ar condicionados, que poderão ser usados no processo de aprendizagem dos alunos do Instituto. Um dos objetivos é substituir o descarte por um procedimento que dê um fim educativo e social aos bens inservíveis do TCE.

Estiveram presentes na assinatura o

presidente da Corte de Contas, o conselheiro Gilberto Jales; o reitor do IFRN, José Arnóbio de Araújo Filho; a diretora de Extensão do IFRN, Campus Natal-Central, Brenda Camilli Alves Fernandes, representando a diretoria-geral; e o coordenador do projeto, professor Alessandro Pontes Cavalcanti. O professor Alessandro apresentou, na ocasião, os detalhes do projeto do Instituto Federal.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, afirmou que o acordo visa incentivar o processo de aprendizado no âmbito do IFRN. “Temos o viés de trabalhar com parcerias que dão resultado. E o projeto do IFRN tem uma finalidade nobre, de contribuir com a educação dos alunos”, disse.



O acordo tem duração de 60 meses e prevê a doação dos equipamentos sem ônus financeiro para nenhuma das partes. Segundo o coordenador do projeto, professor Alessandro Pontes Cavalcanti, os alunos do Laboratório de Manutenção em Instalações Elétricas irão poder recondicionar as peças e, em caso de sucesso, os equipamentos poderão ser doados para outras instituições públicas e organizações do terceiro setor.

TCE DEBATE LINGUAGEM SIMPLES NA CELEBRAÇÃO DO DIA DO OUVIDOR

Celebrado em 16 de março, o Dia do Ouvidor foi comemorado pelos Tribunais de Contas com a realização do “Ouvidoria Day”, com encontros e debates nas 33 cortes de contas do país, focando no tema “As Ouvidorias Públicas e o Fomento ao Controle Social e à Transparência Pública”. No TCE-RN, o espaço foi aberto para discussão de um assunto que vem adquirindo força na administração pública, que é a utilização da “Linguagem simples”, apresentado pela diretora de comunicação do TC de Goiás, Heloísa Rodrigues de Lima. A manhã também contou com a palestra “A Ouvidoria Pública ouve ou escuta?”, a cargo da coordenadora Técnica da Ouvidoria de Contas do TCE-RN, Ana Eleonora de Carvalho Freire.

Na abertura do evento, o presidente do TCE potiguar, conselheiro Gilberto Jales, que preside o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), explicou que o “Ouvidoria Day” busca ressaltar a importância e o papel das ouvidorias nos tribunais de contas. O conselheiro ouvidor, Carlos Thomp-

son, ressaltou o papel das ouvidorias enquanto setor que promove o diálogo institucional, lembrando que “é obrigação do poder público ser transparente”.

Em seguida, a diretora de comunicação do Tribunal de Contas de Goiás, Heloísa Rodrigues de Lima, falou sobre “Linguagem simples e direito visual: derrubando barreiras à transparência e à participação social”, explicando que se trata de um movimento vem sendo discutido em todo o mundo buscando reduzir ruídos na comunicação e ampliar o acesso a informação de todos os cidadãos. Em suma, trata do direito ao pleno e correto entendimento das políticas públicas. “Defendemos uma comunicação pública focada no cidadão”, ressaltou.

Como exemplo, citou uma piada comumente ouvida nos tribunais e que trata da terminologia jurídica, ou juridiquês, da forma que é utilizada: um sujeito tem acesso a seu processo e faz a leitura e, no final, questiona se venceu ou perdeu, pois terminou sem entender a decisão. “A linguagem simples apresenta o desafio de se fazer entender, e de ver

a importância do receptor no processo de comunicação”, assinalou. No caso dos Tribunais de Contas, informou que a Atricon, já lançou notas recomendatórias pela adoção da linguagem simples nos processos de comunicação pública.

A coordenadora Técnica da Ouvidoria, Ana Eleonora, desenvolveu o tema “A Ouvidoria Pública ouve ou escuta?”, em que apresentou um histórico das ouvidorias a partir de conceitos associados a cidadania representativa. “Quanto mais a população for informada, esclarecida, melhor será para o cidadão e também para o poder público. É preciso entender o que está acontecendo, para uma participação mais efetiva”, disse, fazendo um diferencial entre o “ouvir” e o “escutar”, esta última associada a busca de solução, colaboração ativa, disseminação e aprimoramento de boas práticas.

O Ouvidoria Day foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado, com transmissão no YouTube. A realização foi da Ouvidoria de Contas em parceria com a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira.

TRIBUNAIS DE CONTAS PODEM CONDENAR ADMINISTRATIVAMENTE GOVERNADORES E PREFEITOS



Foto: Site do Conselho Nacional de Justiça

Plenário do STF reafirmou entendimento de que TC's podem impor condenação administrativa a governadores e prefeitos quando identificada sua responsabilidade pessoal em irregularidades

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou entendimento de que Tribunais de contas podem impor condenação administrativa a governadores e prefeitos quando identificada sua responsabilidade pessoal em irregularidades no cumprimento de convênios de repasse de verbas entre estados e municípios. De acordo com a decisão, o ato não precisa ser julgado ou aprovado posteriormente pelo Legislativo. O tema foi julgado como Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1436197, com repercussão geral reconhecida (Tema 1287).

Autonomia

Em seu voto pela reafirmação da jurisprudência, o relator, ministro Luiz Fux, observou que, no julgamento do RE 848826 (Tema 835), o Supremo se limitou a vedar a utilização do parecer do Tribunal de Contas como fundamento suficiente para rejeição das contas anu-

ais dos prefeitos e do consequente reconhecimento de inelegibilidade.

Segundo ele, essa decisão não impede o natural exercício da atividade fiscalizatória nem das demais competências dos Tribunais de Contas em toda sua plenitude, tendo em vista a autonomia atribuída constitucionalmente a esses órgãos.

Precedentes

O relator frisou que, em precedentes, o STF faz essa distinção, reconhecendo a possibilidade de apreciação administrativa e de imposição de sanções pelos Tribunais de Contas, independentemente de aprovação posterior pela Câmara de Vereadores. Segundo Fux, uma das competências dos Tribunais de Contas é a definição da responsabilidade das autoridades controladas, com aplicação das punições previstas em lei ao final do procedimento administrativo.

O relator ressaltou, ainda, que a imposição de débito e multa decorrente da constatação de irregularidades na execução de convênio, após o julgamento em tomada de contas especial, não se confunde com a análise ordinária das contas anuais.

Caso concreto

Na origem, o ex-prefeito do Município de Alto Paraíso (RO) Charles Luis Pinheiro Gomes pediu a anulação de decisão do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) que o condenou ao pagamento de débito e multa por irregularidades na execução de convênio firmado com o governo estadual.

O ARE 1436197 foi julgado na sessão virtual finalizada em 18/12.

Fonte: STF

PRESIDENTE GILBERTO JALES ASSINA ADESÃO AO PROJETO COMUNICA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), conselheiro Gilberto Jales, assinou, no dia 19 de fevereiro, termo de adesão ao Projeto Comunica, uma iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem como objetivo realizar um diagnóstico das unidades de comunicação das cortes dos órgãos de controle em suas atividades e, a partir do mapeamento das necessidades dessas estruturas, ofertar capacitações levando em consideração as particularidades de cada TC e equipe alocada na área.

O ato foi realizado durante o evento Diálogos Atricon, que reuniu cerca de 150 pessoas no auditório do Edifício Ion, em Brasília, palco de diversos lançamentos. Foram realizados os lançamentos do site e do e-book que reúnem as boas práticas dos Tribunais de Contas identificadas por meio do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e do II Congresso Nacional de Co-

municação dos Tribunais de Contas (CNCTC). Na ocasião também ocorreu a instalação do Conselho Consultivo da Atricon e a apresentação do Relatório de Gestão da entidade.

De acordo com o termo de adesão assinado, o Tribunal de Contas se compromete a colaborar ativamente para o alcance dos objetivos do Projeto Comunica, incluindo, mas não se limitando a promoção de ações ligadas à transparência pública, ao aprimoramento da comunicação interna e externa e à disseminação de informações relevantes para a sociedade. O "Comunica" prevê a oferta de mentoria online em imersões individualizadas, com treinamentos ministrados por especialistas e entrega de planos de comunicação personalizados para ações específicas.

Entre os resultados esperados estão a identificação das estruturas de comunicação dos Tribunais de Contas e das estratégias por elas desenvolvidas; a análise da situação das unidades, das carências e das oportunidades de me-

lhorias a serem desenvolvidas para aperfeiçoar os conteúdos e serviços disponibilizados aos públicos das instituições; oferta de orientações de equipe multidisciplinar de especialistas nas áreas delimitadas pelo projeto; e a definição de ações práticas e objetivas visando a atender às necessidades identificadas para aperfeiçoar os processos de comunicação e de diálogo das instituições com os seus públicos e oferta de capacitação e de treinamento aos integrantes das unidades de comunicação.

A primeira ação do projeto é um mapeamento inicial do cenário. A ação é desenvolvida em parceria com a FSB Comunicação. Na etapa de treinamento devem ser abordados temas como a identificação de pautas de serviço e o uso de linguagem simples, estratégias de conteúdo para redes sociais e o uso de ferramentas de inteligência artificial para otimizar as atividades desenvolvidas pelas unidades de comunicação. O projeto será integralmente custeado com recursos do BID, sem quaisquer ônus financeiros para os TCs.



Presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, assina termo de adesão ao Projeto Comunica, em Brasília

NOVAS DIRETORIAS DA ATRICON E DO IRB

Em cerimônia com a presença de 300 pessoas no Auditório Ministro Pereira Lira, na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, foi empossada a nova diretoria da Atricon para o biênio 2024-2025, evento realizado na tarde de 20 de fevereiro. Na ocasião, o conselheiro Edilson de Sousa Silva, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), assumiu a presidência da entidade. Pela manhã, houve a posse da nova diretoria do Instituto Rui Barbosa, com a recondução à presidência do conselheiro Edilberto Pontes, do TCE-CE.

Representando o TCE-RN, estavam presentes o presidente, conselheiro Gilberto Jales, que foi reconduzido à presidência do Comitê Técnico de Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do IRB e à Diretoria de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon; o conselheiro Carlos Thompson, reconduzido ao Conselho Fiscal do IRB; e o conselheiro substituto Antônio Ed Santana.

Já empossado, o novo presidente da Atricon, Edilson de Sousa Silva, destacou a “inovação” como uma das diretrizes de sua gestão. “As sofisticações que elas (inteligência artificial e a criptoconomia) têm promovido e promoverão

num curto espaço de tempo, inclusive quanto aos ilícitos, é o ponto de toque que traz de forma implacável o futuro para o presente, como um desafio a ser enfrentado por todos nós”, afirmou.

Em sua fala, o presidente da Atricon na gestão 2022-2023, conselheiro Cezar Miola, falou sobre a história e o papel da entidade ao longo dos mais de 30 anos. “Esta entidade busca conectar os Tribunais de Contas distribuídos por um país continental. São três décadas de construção institucional e de amadurecimento. E de compromisso com uma administração pública proba, realizadora, eficiente e eficaz”, ressaltou.

O agora ex-presidente da Atricon também falou sobre iniciativas lideradas pela entidade ao longo dos últimos anos, como a Operação Educação, o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) e o Projeto Comunica, que tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Com grande alegria e entusiasmo, assumo a responsabilidade de liderar o Instituto Rui Barbosa mais uma vez pelos próximos dois anos. O IRB, a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas Brasileiros, completou 50 anos em 2023,

é a entidade mais antiga que congrega os Tribunais de Contas no Brasil”, declarou o Presidente reeleito da Instituição, Conselheiro Edilberto Pontes, em seu discurso de posse para um público que lotou o espaço do evento.

Além de presidir o IRB, Edilberto Pontes é, também, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), e na continuidade do seu discurso, lembrou sua trajetória acadêmica e profissional fazendo um paralelo à conjuntura político-econômica do país ao longo das últimas três décadas.

“O Brasil é certamente um país muito melhor do que 30 anos atrás. A inflação em 2023 foi menos de 5%. A democracia tem resistido firme aos solavancos dos que sonham com ditadura. A sociedade civil pujante, ativa se mobiliza pela democracia, as instituições estão firmes, mostrando que o grito de Ulisses Guimarães corre nas veias do povo brasileiro: Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações”, declarou.

Informações da Atricon e IRB



Conselheiros assumem em Brasília o comando da Atricon e IRB, braços de articulações dos Tribunais de Contas

Foto: André Felinto e Douglas Santos